

Tradição e modernidade

Ana Amélia M. C. Melo

Pós-graduanda em Sociedade e Agricultura do CPDA - UFRRJ

"O moderno vinha à luz pelo ventre do arcaico e do tradicional."

Luiz Werneck Vianna

Neste trabalho buscaremos pensar o romance São Bernardo de Graciliano Ramos, escrito em 1932, como um lugar possível de análise das formas que a modernização toma no Brasil. A tarefa desde já apresenta as dificuldades de uma conciliação entre História e literatura.

Já bastante antiga, a conciliação entre estas áreas do conhecimento humano tem produzido reflexões às quais não escaparemos. Não é intuito nosso, neste momento, determo-nos nestas questões, mas apenas colocá-las na medida necessária para a realização deste trabalho, correndo, com isto, o risco de uma simplificação.

Quando pensamos em História e literatura, a primeira dúvida que nos surge é a da relação que pode ser estabelecida entre ambas sem se cair em fórmulas mecânicas e reducionistas, desrespeitando-se a obra literária enquanto obra ficcional e descomprometida com a realidade. Para nós será esta a advertência inicial.

Ao tomarmos uma obra literária como ponto de referência para um estudo da história, não podemos deixar de pensar nos níveis de leitura nela possíveis. Se para nós um nível é bastante claro, que é o do pertencimento a um mundo e que portanto nos fala direta ou indiretamente dele, outro nível é ainda possível: o de uma história irrealizada. Quanto a isto, merece atenção o que nos diz Nicolau Sevcenko:

"A literatura (...) fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda realidade da história se resume aos fatos e ao seu sucesso?" (SEVCENKO, 1983: 21)

Pensar assim, significa para nós

manter um intercâmbio entre o real e o ficcional, visto que ambos, em última instância, são a expressão de um sujeito que está no mundo e que desta forma tem sua "liberdade condicionada" (SEVCENKO, 1983: 20)

Tal afirmação não implica numa redução da obra ficcional a mera reprodução ou reflexão direta de uma realidade. Reserva-se, aqui, sua autonomia e coerência interna. Cairíamos em grave erro se pensássemos na possibilidade de ser uma obra literária o panfleto de um mundo. Para nós, as mediações entre pensamento e realidade são múltiplas e bastante complexas, tornando qualquer leitura unilateral mero simplismo.

Pensar literatura e história é, ainda, pensar não somente a história que não se realizou, mas todavia a história acontecida como tragédia e a representação que dela pode ser feita.

Aqui nos interessam as percepções possíveis de uma realidade, sabendo desde já das impossibilidades de se chegar aos fatos passados mas, tão somente, às construções que dele foram feitas, não sobrando dúvidas sobre o lugar estratégico que cabe à literatura para a compreensão das tensões de uma sociedade.

São Bernardo

Escrito no ano de 1932, São Bernardo tem sua história centrada em dois tempos: o presente de onde nos fala o narrador-personagem Paulo Honório; e um passado onde se coloca em retrospecto a vida do narrador.

A utilização destes dois tempos marcam processos distintos: o de uma continuidade afirmada pelo compasso retilíneo com que Paulo Honório conta sua vida e, por outro lado, uma ruptura feita com a morte de Magdalena e, daí, a tentativa de consciência e compreen-

são do sentido dado à vida retomando sua história. A ruptura se define pela tentativa de erguimento do sujeito em oposição ao constante aniquilamento vivido no passado.

Estes dois tempos (presente/passado, ruptura/continuidade), marcantes em São Bernardo, nos permitem pensar a questão em termos de um movimento geral da sociedade.

Escrevendo o livro, Graciliano terá como inspiração a sociedade do Nordeste em que vivera. Sua postura de total recusa aos modelos estrangeiros fará de São Bernardo uma obra-prima de puro brasileiro. Optando por "vivenciar os problemas da terra e transpô-los literalmente", diz do romance do Nordeste:

"Era indispensável que os nossos romances não fossem escritos no Rio, por pessoas bem intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam inteiramente. Hoje desapareceram os processos de pura criação literária. Em todos os livros do Nordeste, nota-se que os autores tiveram o cuidado de tornar a narrativa, não absolutamente verdadeira, mas verossímil. Ninguém se afasta de um ambiente, ninguém confia demasiado na imaginação. (...) Esses escritores são políticos, são revolucionários, mas não deram a idéias nomes de pessoas: os seus personagens mexem-se, pensam como nós, preparam as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão para a cadeia, passam fome nos quartos sujos de uma hospedaria." (MORAES, 1992: 83)

Não somente no enredo está a preocupação de falar de um Brasil, mas ainda na própria linguagem que ele mesmo viera a conhecer: "O S. Bernardo está pronto, mas foi escrito quase todo em português, (...) Agora está sendo traduzido para o brasileiro, um brasileiro encrocado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem". (MORAES, 1992: 83)

A intenção evidente de trazer uma expressão da realidade nacio-

Graciliano terá como inspiração a sociedade do Nordeste em que vivera. Sua postura de total recusa aos modelos estrangeiros fará de São Bernardo uma obra-prima de puro brasileiro.

nal nos autoriza a colocação de um quadro histórico que toma figura em São Bernardo e que permite ampliar a compreensão do romance.

O Tradicional e o Moderno no Brasil

Pensando na relação entre mundo ficcional e realidade social, as questões da modernização brasileira surgem como ponto de partida para uma das possibilidades de reflexão sobre o significado do romance de que tratamos.

Neste sentido, buscaremos compreender esta obra enquanto expressão trágica, como dissemos, de um tipo de modernização que tem no modelo da "via Prussiana" uma análise possível.

O processo de modernização no Brasil tem sido caracterizado, em grande parte, por seu elemento conservador e autoritário. Para Werneck Vianna, não se discute a opção brasileira pelo moderno, contudo essa modernização é sustentada por fortes elementos de permanências (VIANNA, 1985: 37). Sua forma restritiva e excludente é expressão de um passado que se perpetua sob a face do moderno. Será ele quem "revivenciará o moderno, instalando-o, mas cobrando o pedágio da sua conservação" (VIANNA, 1978: 8). Sendo assim, o papel das elites agrárias nesse padrão de modernização obedece uma lógica que se mostra fundamental.

Não se trata, aqui, de um padrão de modernização liberal-burguesa, de acordo com o modelo de análise proposto por Barrington Moore (1975) para alguns países da Europa Ocidental, mas de sua versão conservadora.

Se para a existência de uma modernização liberal-burguesa é necessário que se verifique um equilíbrio de poder entre a autoridade central e os grandes proprietários rurais; uma transição bem sucedida para a agricultura comercial tanto por parte dos proprietários como por parte do campesinato; um enfraquecimento dos proprietários rurais privilegiando-se o setor urbano-industrial; uma inviabilização de uma aliança reacionária entre aristocracia e indústria; e finalmente uma ruptura revolucionária com o passado, isto, conforme poderemos ver, tem no caso brasileiro, outra configuração. (REIS, 1982: 331-348)

Em primeiro lugar, a relação entre autoridade central e proprietários rurais é substancialmente marcada por uma diluição das fronteiras. Poder público e privado têm, particularmente neste momento da primeira República, uma relação de complementariedade. O privatismo dos coronéis é generosamente alimentado por um poder público político e administrativamente incapaz de estender suas malhas por todo o país.

Na transição para uma agricultura comercial nos moldes ingleses, parece clara no Brasil a persistência de relações não capitalistas no campo, bem como reformas amparadas no Estado, no sentido de inserir a agricultura e as relações que nela se estabelecem nos modelos de uma agricultura modernizada.

Nestes casos, está presente a preeminência de um Estado regulador, sem enfraquecimento das classes proprietárias rurais, mas antes no resguardo de seus interesses, numa estratégia de modernização que reserva espaço para os setores tipicamente burgueses sob uma aliança reacionária com as elites agrárias.

Em síntese, a ausência de uma ruptura revolucionária com o passado, que resulta numa conciliação de papéis tradicionais e modernos, permitiu a sobrevivência de um tipo de classe proprietária rural no Brasil, com o apoio do Estado, que exerceu papel fundamental ao permitir a expansão da agricultura sem alterar o sistema de dominação latifundiário.

A industrialização iniciada a partir da abolição permanecerá nos anos 20 e 30 ligada à aristocracia, sobretudo cafeeira, permitindo uma diversificação da economia com as restrições necessárias para se evitar rupturas acentuadas e descontrolo do processo de modernização.

No entanto, falar nesta continuidade não significa abandonar uma perspectiva de mudança. As cisões regionais e a emergência de novos setores sociais levam a transformações que se definem pelo fim da unidade da oligarquia agroexportadora.

Se por um lado a modernização se fazia sem "qualquer reformulação substancial da estrutura económico-social preexistente", não podemos deixar de notar, por outro lado, que a década de 1930 significou ainda um momento de transformação da sociedade para uma base urbano-industrial, representando em termos políticos um esvaziamento do poder dos setores ligados às atividades agroexportadoras. Neste sentido, pensarmos na Revolução de 1930 como um processo de "modernização conservadora" significa também nos termos nos pontos de ruptura que ela representa. (DINIZ, 1985: 89)

Como nos coloca Eli Diniz:

"Embora a Revolução de 1930 não tenha afetado de forma substancial a estrutura de dominação existente, mantendo certas prerrogativas básicas das elites tradicionais, e embora a rearticulação do esquema de poder tenha se dado pela acomodação e justaposição destas elites com os grupos emergentes, as transformações ocorridas não podem ser minimizadas com base na constatação de seu teor não radical." (DINIZ, 1985: 89)

Ainda assim, vale dizer que não se trata de uma ação do Estado redefinida a partir de um projeto de cunho industrialista, mas unicamente uma redefinição no sentido de uma ausência de uniformidade, o que significou a ausência também de um projeto agrarista. Será unicamente a coexistência de medidas tanto favoráveis a um como a outro setor que tornará possível o crescimento de setores não tradicionais da economia brasileira, des-

Em suma, podemos dizer que o processo de modernização brasileira adquire uma feição de ambigüidades que convivem através de mecanismos constantes de acomodação, possíveis de pensar em São Bernardo.

viando-se assim de uma política de hegemonia agroexportadora.

Em suma, podemos dizer que o processo de modernização brasileira adquire uma feição de ambigüidades que convivem através de mecanismos constantes de acomodação, possíveis de se pensar em São Bernardo.

Os Paradoxos da Modernidade

"Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho." (RAMOS, 1985: 7)

Esta primeira frase dita pelo personagem-narrador de São Bernardo pode desde já apontar o caminho por nós escolhido no sentido de pensar a obra romanesca que constitui nosso objeto de análise

Duas idéias fundamentais estão contidas aqui: "imaginei construí-la" e "divisão de trabalho" indicam, por um lado, e em primeiro plano, um projeto racionalmente construído - o da narrativa; subjacente a este, mas que lhe imprime sentido, um outro projeto que se conhecerá mais tarde - o da construção de São Bernardo. Em ambos, a intenção, a vontade racional, compõem suas diretrizes. Na "divisão do trabalho", a idéia do instrumental e da forma de produção, partes deste projeto racionalizador, nos aparece como a forma ideal de realização, mas que já nos é colocada como forma fracassada, inútil nas intenções do autor. Sem conhecer o que depois virá, a flexão do verbo imaginar, no passado, bem como o advérbio de tempo, anunciam ao leitor um projeto abandonado - o de construí-lo pela divi-

são do trabalho. Permanece, contudo, a forma marcante do autor, sua vontade racionalizadora antevista na imagem do fomentador que quer e controla o mundo à sua volta.

Mais adiante diz o narrador:

"Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais." (RAMOS, 1985: 7)

A intencionalidade, que já se anunciava na primeira frase, vai progressivamente alcançando contornos bem determinados - a da intenção que demarca seu objeto definido essencialmente pelo seu teor pragmático, que visa a fins claros. "Contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais" seria um argumento banal se não marcasse um projeto que tem sobretudo no progresso e desenvolvimento uma lógica de ação.

Vontade racionalizadora, sentido de progresso e pragmatismo compõem, dessa forma, o arcabouço principal do narrador-personagem. Sua figura é a do homem moderno, conquistador, que lança ao limite os ideais do burguês no primeiro momento de sua acumulação.

A experiência ambiental da modernidade, de que nos fala Berman (1987), ao eliminar as fronteiras geográficas, raciais, de classe, religião e nacionalidade, coloca o homem num mundo de conquista progressiva e avassaladora, no qual Paulo Honório tornava-se um digno representante.

Sua origem *luping*, de trabalhador do eito, não representou empecilho para sua realização como *homo economicus*. Elemento bastante novo na sociedade brasileira, sua significação alcança poder quando pensada no contexto que demarca as primeiras décadas do século XX, onde a urbanização crescente, o industrialismo e a mentalidade capitalista já apontavam no Brasil, sobretudo Republicano e que tinha na Constituição de 1891 a formalização dos ideais liberais do "mundo civilizado".

Como homem de seu tempo, Paulo Honório traz como personagem-narrador as ambigüidades desta modernização.

Presente em São Bernardo e implicitamente colocado por seus personagens, o mundo de que nos fala Graciliano nos parece ser o das contradições e ambigüidades da modernidade brasileira.

De um lado, a figura de Paulo Honório encarna o "homem fáustico" do capitalismo moderno, presente na ânsia de progresso que a nova sociedade capitalista elegia como ideal e cujo andar frenético se fazia a um custo humano elevado. Os objetivos justificavam qualquer ausência de ética.

"A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de São Bernardo, considereirei legítimas as ações que me levaram a obtê-las." (RAMOS, 1985: 39)

Da mesma forma, tornava obsoleto cada instante passado, exigindo de cada um o mesmo frenetismo das máquinas voadoras. Da história de seu Ribeiro que perdera a marcha desse progresso, que permanecera enraizado em seus valores enquanto o mundo a sua volta se modernizava, ficava esta imagem: "Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema." (RAMOS, 1985: 37)

Paulo Honório ainda comenta: "Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, seu Ribeiro. Por que não andou mais depressa? É o diabo." (RAMOS, 1985: 37)

Modernizar significa, antes de tudo, tomar posse, controlar e quantificar. A medida de tudo é calculada entre ganhos e perdas; as relações avaliadas de formas contratuais e por suas vantagens econômicas.

Ao rememorar sua meninice diz da velha Margarida que dele cuidou: "Se tentasse contar-lhes a minha meninice, precisava mentir. Julgo que rolei por aí à toa. Lembro-me de um cego que me puxava as orelhas e da velha Margarida, que vendia doces. O cego desapareceu. A velha Margarida mora aqui em São Bernar-

A tragédia aqui tem ainda um alcance maior: é, ao mesmo tempo, a tragédia da modernização que cria e destrói, que coisifica e que lança o homem no abismo e, mais ainda, é a tragédia de uma modernidade conservadora que nasce na ambigüidade e integra os paradoxos do moderno e do atraso.

do, numa casinha limpa, e ninguém a incomoda. Custa-me dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me doeu..." (RAMOS, 1985: 13)

Nem mesmo a percepção de si mesmo escapa de um olhar objetivado, quantificado, quando diz:

"Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro (...)" (RAMOS, 1985: 12)

A busca de um sentido de vida não ia além de uma busca de realização econômica. Seu feito na vida fora apossar-se das terras de São Bernardo, e o de enriquecer. Para isso estudara aritmética "para não ser roubado além das conveniências". Seus sentimentos resumiam-se a uma avaliação calculista. Falando de Casemiro Lopez, diz:

"Gosto dele. É corajoso, laça, ras-teja, tem faro de cão e fidelidade de cão." (RAMOS, 1985: 15)

Como personagem moderno, não poderia Paulo Honório estar melhor configurado. Levando ao ponto extremo a transformação do mundo em mercadoria, Graciliano alcança a tensão dramática de uma existência desumanizada. Se os ideais que a modernidade poderia apontar indicavam uma possibilidade de crescimento, de inovação e de liberdades opostas ao tradicionalismo passado que fossilizava o homem num mundo estriato e atrasado, isso, levado ao limite, trazia, a contragosto, a individuação mais absoluta e o desencanto do mundo.

Como nos fala Berman:

"Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, auto-transformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos." (BERMAN, 1987: 15)

Aqui Paulo Honório tornara-se esse ser moderno que transformara a si mesmo, que crescera, que deixara de ser o trabalhador do eito para transformar-se no proprietário de São Bernardo. Nessa conquista desumanizara o mundo, medindo e quantificando tudo a sua volta, reduzindo laços pessoais a contratos comerciais. A lógica do capital transformara-se em lógica de vida.

A modernização caracterizada em Paulo Honório pelo seu sentido instrumentalizador estabelecia nele o conflito gerado pela desumanização de si e do mundo. A tragédia aqui tem ainda um alcance maior: é, ao mesmo tempo, a tragédia da modernização que cria e destrói, que coisifica e que lança o homem no abismo e, mais ainda, é a tragédia de uma modernidade conservadora que nasce na ambigüidade e integra os paradoxos do moderno e do atraso.

Paulo Honório não somente era o homem moderno, conquistador, capitalista, mas era ainda o coronel atrelado às formas semi-coloniais do capitalismo brasileiro. É o convívio, como nos fala Carlos Nelson Coutinho, entre um mundo pré-capitalista e capitalista que torna sua tragédia mais latente.

"O caráter excepcional de Paulo Honório, entre outras coisas, expressa-se na complexa integração dos valores pré-capitalistas e dos valores capitalistas que formam a sua personalidade. Movido por uma sede de lucro e de domínio que é própria do capitalista, Paulo Honório é – no essencial – um burguês típico, mas permanecem em sua mentalidade certos aspectos arcaicos, como o seu apego à vida rural e a sua incapacidade de ambientação na cidade." (COUTINHO, 1990: 132)

As ambigüidades dessa modernização permeiam ainda mais cada

passo do nosso herói. Na realização de seu projeto modernizador, uma prática arcaica domina em grande parte. A relação é de conflito permanente. Paulo Honório como homem conquistador, que desvinculado de laços familiares e de uma herança "nobre" adquire sozinho fortuna, demarca bem o homem individualista dos nossos tempos onde suas escolhas se fazem pautadas pela capacidade pessoal e pela autonomia com relação ao status social. Como indivíduo, neste momento, insere-se no modelo universalizador, sem a singularização de qualquer outra dimensão social característica das sociedades tradicionais. Paulo Honório era aqui o indivíduo livre e autônomo para conquistar o mundo. Este papel contudo, convive com laços personalísticos do mundo tradicional.

Para este caso é interessante notar a análise feita por da Matta (1985) para a noção de indivíduo. Aqui, como ele nos fala, a noção clássica universalizadora de indivíduo se ajusta à idéia de ser relacional, num convívio de ambigüidades. Ser cidadão é estar situado num mundo de iguais, é ser antes de tudo e de forma negativa um ser solitário e desprotegido, onde a lei aparece como algo contra ele, cidadão. Somente o uso da influência e do poder, e portanto a colocação da pessoa e não do cidadão, poderá garantir a boa aplicação da lei, o que quer dizer, a aplicação da lei a meu favor.

"Contra a lei universal, eu me defendo e faço valer minha vontade e minhas razões não utilizando outra lei universal, mas uma relação pessoal. Uma relação pessoal que permita dobrar ou romper a lei, concretizando a sua impossibilidade abstrata e no caso verdadeiramente absurda, contra a concretude mais que razoável de minha singularidade." (MATTÁ, 1985: 91)

Neste sentido, o desrespeito e a transgressão das leis gerais, bem como a solução de situações de conflito, surge como prática que se legitima pelas redes de relações representadas pela família e pelos laços de amizade.

Numa evidência clara a seu poder, fruto da riqueza e das relações

*Numa sociedade
caracterizada por uma
ordem excludente e
privatista como a do
latifúndio, onde o
senhor pode exercer,
num mundo
empobrecido, o papel de
todo poderoso, resta ao
Estado pouco espaço.*

que estabelecia com o poder público, Paulo Honório confessa sua transgressão e impunidade, referindo-se aos meios de que fazia uso para garantia de seus interesses:

"Violências miúdas passaram despercebidas. As questões mais sérias foram ganhas no foro, graças as chicanas de João Nogueira." (RAMOS, 1985: 40)

E mais ainda, a sujeição estendia-se às instituições públicas de forma impune e avassaladora.

"João Nogueira sentou-se, passou o recibo, tirou papéis da pasta e explicou-me o estado de vários processos. Logo no primeiro convenci-me de que os quatrocentos e mil-réis tinham sido gastos com proveito. Os outros também iam em bom caminho. O tabelião é que não inspirava confiança. E o oficial de Justiça." (RAMOS, 1985: 40)

O personalismo que aqui se instala, eliminando qualquer possibilidade de universalização, tem ainda na relação entre público e privado uma expressão da nossa modernização.

Numa sociedade caracterizada por uma ordem excludente e privatista como a do latifúndio, onde o senhor pode exercer, num mundo empobrecido, o papel de todo poderoso, resta ao Estado pouco espaço. Esta situação tem sua história construída na debilidade material dos poderes públicos.

A exigüidade dos recursos fazia com que freqüentemente se apelasse para o bolso do homem particular, representado quase sempre pelos poderosos senhores. É Paulo Honório quem afirma:

"Devagarinho, foram clareando as lâmpadas da iluminação elétri-

ca. Luzes também nas casas dos moradores. Se aqueles desgraçados que se apertavam lá embaixo, ao pé das cercas de Bom-Sucesso, tinham nunca pensado em alumiar-se com eletricidade! Luz até meia-noite. Conforto! E eu pretendia instalar telefones" (RAMOS, 1985: 48)

Dessas benesses feitas, não faltava a cobrança de favores. Na visita do Governador, diz nosso personagem:

"E fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descaroçador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras e o banheiro carrapaticida. De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar." (RAMOS, 1985: 44)

A fusão entre patrimônio público e privado acaba por desenvolver uma modernização atrelada a uma ordem tradicional e atrasada. Os princípios pessoais que regulavam as relações sociais se estendem para a esfera pública, impossibilitando a construção de fronteiras bem demarcadas entre o legal e o pessoal.

Conclusão

Os anos 30 têm para a história do Brasil um aspecto transformador inegável. Sua feição, contudo, é de uma singular incorporação do moderno ao atraso. A busca de caminhos que levassem à modernidade tem nas fórmulas conciliatórias, a via possível para a oligarquia agroexportadora.

Foi nosso objetivo demonstrar como este tipo de modernização se fez presente na literatura nacional. Em primeiro lugar, a própria apresentação do tema da nossa singularidade na literatura fala por si das transformações que se operavam na sociedade brasileira desde os anos 20 e do desejo do moderno.

Já na Semana de 22 falava-se contra o tradicionalismo, apontando-se para a necessidade do seu rompimento. Essa crítica toma vigor e se define em termos de um brasileiro com o romance de 1930. Como nos fala Alfredo Bosi:

"Tendo [o movimento de 1930] nascido das contradições da República Velha que ele pretendia supe-

rar, e em parte superou; e tendo suscitado em todo o Brasil uma corrente de esperanças, oposições, programas e desenganos, venceu fundo a nossa literatura lançando-a a um estado adulto e moderno perto do qual as palavras de ordem de 22 parecem fogachos de adolescentes". (BOSI, 1989: 431)

A crítica ao tradicionalismo adquire, com a geração de 1930, uma percepção lúcida das tensões da nossa sociedade, tornando-se a tônica deste momento, o engajamento do romancista ao mundo.

Esse desejo do moderno e a crítica que ele traz, acabam por configurar uma literatura sintonizada com os paradoxos da realidade brasileira. Neste sentido, o romance São Bernardo tornou-se supremo. Nele estão expressos, como podemos ver, o projeto de modernidade na ânsia de desenvolvimento fáustico e a integração desses valores pré-capitalistas com todos os conflitos e ambigüidades daí resultantes.

Bibliografia

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

BOSI, Alfredo. História Concisa da literatura brasileira. São Paulo, Cultrix, 1989.

CAMARGO, Aspásia. "A questão Agrária: crise de poder e reforma de base(1930-1964)" in: História

Geral da Civilização Brasileira, Tomo III Brasil Republicano, Vol. 3, São Paulo, Difel, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Cultura e democracia no Brasil" in: A democracia como valor universal, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980.

_____. "Graciliano Ramos" in: Cultura e sociedade no Brasil-ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1990.

DINIZ, Eli. "O Estado-Novo: estrutura de poder e relações de classe". in: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III Brasil Republicano, Vol 3. São Paulo, Difel, 1985.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Sociedade escravocrata, São Paulo, Kairós, 3 ed. s/d

Goldman, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1993.

LIMA, Luis Costa. "A reificação de Paulo Honório". in: Porque literatura? . Petrópolis, Vozes, 1966.

MATTA, Roberto. "Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional". in: A casa e a rua. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MERCADANTE, Paulo. O manifesto do trágico. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993

MORAES, Dênis. O Velho Graça

- uma biografia de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.

MOORE, Barrington. Origens sociais da ditadura e da democracia. Lisboa, Cosmos, 1975.

NETO, Godofredo de Oliveira. A ficção na realidade em São Bernardo. Belo Horizonte/Blumenau, Nova Safra/Furb, 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura P. "O coronelismo numa interpretação sociológica". in: História da Civilização Brasileira, Tomo III, Brasil Republicano, vol 1, São Paulo, Difel, 1985.

RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Rio de Janeiro, Record, 1985.

REIS, Elisa Pereira Reis. Elites Agrárias, states-bulding e autoritarismo. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol 25, n 3, 1982, pp 331-348

SANTOS, Raimundo. Ideologia e literatura em Graciliano Ramos. 1966 (mimeo)

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VIANNA, Werneck. "O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir)". in: BUARQUE, Chico, A ópera do Malandro, São Paulo, Círculo do Livro, 1978.

_____. "O moderno na política brasileira". in: Presença, n 5, Janeiro, 1985.

WATT, Ian. A Ascensão do romance. São Paulo, Cia das Letras, 1990.